

28 SET 1983

SP com orçamento de ^{monet} 4,8 trilhões em 1984

A previsão orçamentária do Estado de São Paulo para 1984 é de Cr\$ 4,8 trilhões, segundo informações de fontes ligadas ao gabinete do governador. A mensagem de Franco Montoro à Assembléia Legislativa, em fase final de redação, deverá ser entregue amanhã, pessoalmente, pelo secretário-chefe da Casa Civil do governo, Marco Antonio Castello Branco.

Nessa mensagem, além de especificar receitas e despesas, o governador do Estado mostrará os efeitos da crise e da recessão econômica sobre São Paulo. Além de uma sensível redução na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) — menos 10% nos oito primeiros meses do ano e menos 19,7% em julho e agosto, em comparação com o ano anterior —, a crise teve outras consequências, como a queda geral na produção, o desemprego e o aumento das demandas sociais.

RECURSOS

“A previsão orçamentária — explicou a fonte — mostrará com clareza que o governador Franco Montoro cumpre, agora, no primeiro orçamen-

to que prepara, o programa de governo anunciado na campanha eleitoral. Os setores com mais recursos são exatamente os sociais: Saúde, Educação e Cultura, Segurança Pública, Assistência e Previdência Social e Justiça.”

O total de recursos para esses setores está em torno de Cr\$ 2,4 trilhões, segundo as informações. O que, excluídas as dotações para reservas de contingente, as transferências das cotas-parte do ICM para os municípios e o dinheiro necessário ao pagamento das dívidas de São Paulo, atinge 70% dos recursos disponíveis, que são de Cr\$ 3,5 trilhões.

Educação e Cultura, com 32% das dotações, e Saúde, com 8%, são os setores que contarão com maiores recursos. Na mensagem que encaminhará à Assembléia Legislativa, o governador dirá que a principal sangria no orçamento é provocada pelo serviço da dívida do Estado — juros e amortizações —, que absorverá, em 1984, quase Cr\$ 700 bilhões, ou 14% do total do orçamento. Montoro diz que a responsabilidade por essa situação cabe “à política de endividamento levada a efeito pelo governo anterior”.